

# Mobilização PEC 186/2019

## (Emergencial)



**AMB**  
Associação dos  
Magistrados  
Brasileiros





## Estimados (as) colegas,

A atuação firme da AMB no Congresso Nacional, em parceria com os presidentes de associações regionais, tem sido intensa e diária. Nas visitas institucionais aos parlamentares, temos manifestado o nosso posicionamento contrário a pontos relevantes da Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial, que prevê quebra da unidade da magistratura e violação à conformação constitucional da carreira.

Mobilizados quanto aos efeitos nefastos da PEC Emergencial na estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, a AMB, os presidentes de tribunais e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) entregaram notas técnicas abordando pontos do substitutivo apresentado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), com os dispositivos que violam a independência e a autonomia do Poder Judiciário.

Outro documento que também disponibilizamos é o quadro comparativo com as mudanças e as sugestões sobre a matéria, que incluem a vedação à vinculação de subsídios, a redução de férias de magistrados, entre outros. A defesa de uma magistratura forte e independente é prioridade na pauta da AMB.

Na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado que debateu a matéria, em 12 de março, afirmei que essa reforma não é do povo brasileiro e sim do governo. Ressaltei, ainda, que a alteração pode repercutir negativamente na qualidade e continuidade dos serviços públicos, pois não temos folga e o Judiciário funciona 24 horas.

O trabalho dos líderes associativos está bastante eficiente. Conclamo os colegas a permanecerem mobilizados.

Forte abraço,

**Renata Gil**  
Presidente da AMB

## PEC Emergencial “ é do governo brasileiro, não é do povo,” afirma Renata Gil em audiência pública no Senado

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, a chamada PEC Emergencial, prevê mudanças que interessam ao governo, mas não à população, disse a presidente da AMB, Renata Gil, em 12 de março, em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado que debateu a matéria. “Essa reforma não é do povo, é do governo brasileiro. O povo pede socorro nesse momento”, disse.

A proposta estabelece medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, como a possibilidade de redução do período de férias e de vencimentos de magistrados e membros do Ministério Público.

Para ela, a PEC ofende a autonomia e a independência do Judiciário, além de violar a garantia individual de irredutibilidade remuneratória. “A proposta é incompatível com os regimes a que os magistrados se submetem, já que os juizes não se sujeitam a jornada de trabalho. Desta forma, passariam a trabalhar a mesma quantidade de horas com redução de subsídios”, disse.

Segundo Renata Gil, a proposição também fere o princípio da continuidade dos serviços prestados pelos órgãos estatais, o que pode prejudicar a população e os jurisdicionados. “A alteração pode repercutir negativamente na qualidade dos serviços públicos”. Ela lembrou que o juiz não tem folga. “O Judiciário funciona 24 horas”, acrescentou. De acordo com a magistrada, as alterações podem “destruir” o Poder Judiciário, quebrando a unidade da carreira.

Ao criticar essa PEC e outras que atingem a magistratura e o Poder Judiciário, a juíza utilizou um termo de autoria do ministro aposentado Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), para quem essas medidas representam um “constitucionalicídio”, pois vão contra os princípios da Constituição de 1988.

Confira o trecho da audiência.

<https://youtu.be/E3VdYkUU7Bo>



5/2/2020

Projetos que tramitam no Senado de interesse da magistratura foram discutidos no encontro da presidente da AMB, Renata Gil, com o coronel Muller, chefe de gabinete do senador Major Olímpio (PSDB-PSL). Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial, que prevê a redução do período de férias dos magistrados e membros do Ministério Público. O vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, e o secretário-geral adjunto, Fernando Cury, participaram da reunião.



Divulgação

6/2/2020

Renata Gil fez uma visita institucional ao procurador-geral da República, Augusto Aras, para tratar de temas de interesse da magistratura e do Ministério Público e fortalecer o diálogo entre as instituições do sistema de Justiça - um dos pilares da atual gestão. A PEC Emergencial foi abordada na conversa e a AMB reiterou seu posicionamento contrário à proposição. Patrícia Cerqueira, integrante do Centro de Pesquisas Judiciais da entidade, também participou do encontro, que ocorreu na sede da PGR.



Antônio Augusto/PGR



11/2/2020

O líder do partido Democratas na Câmara dos Deputados, Efraim Filho (PB), recebeu a presidente da AMB, Renata Gil, para tratar das pautas que estão no radar legislativo da magistratura, como a PEC Emergencial. Ela estava acompanhada do vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, e do diretor de Assuntos Legislativos, Danniell Bomfim.

13/2/2020



Fotos: Divulgação

A redução das férias dos magistrados pautou a reunião da presidente da AMB, Renata Gil, e integrantes da diretoria com os deputados Fábio Trad (PSD-MS) e Mauro Benevides Filho (PDT-CE), e com o senador Paulo Albuquerque (PSD-AP). Os parlamentares receberam nota técnica da AMB sobre o tema.



## 18/2/2020

A PEC Emergencial também foi discutida por integrantes da diretoria com o senador Weverton Rocha (MA), líder do PDT no Senado Federal. A reforma administrativa e assuntos gerais de interesse da magistratura também foram tratados durante o encontro.

## 4/3/2020

A CCJ do Senado aprovou a participação da AMB em audiência pública para discutir a PEC Emergencial. Após mobilização da Associação, os requerimentos foram apresentados pelos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG).



## 5/3/2020

A presidente da AMB, Renata Gil, e demais dirigentes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) definiram estratégias de enfrentamento à PEC 186/2019. Foi elaborada uma agenda de visitas aos integrantes da CCJ do Senado Federal para tratar do assunto. Nessas ações, foi utilizado material detalhando os pontos mais críticos da proposta.

10/03/2020



A PEC 186/2019 pautou o encontro com o senador Álvaro Dias (Podemos-PR). O parlamentar é líder do partido na Casa e foi o responsável pela indicação do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) como relator do projeto na CCJ. "Alertei que a estrutura da carreira da magistratura não pode ser objeto de uma medida legislativa emergencial. As alterações de normas constitucionais que tratam da matéria devem ser discutidas sem açodamento e ouvindo as entidades representativas", disse Renata Gil.

10/03/2020



Os presidentes da Amarr, Lana Leitão, e do TJRR, Mozarildo Cavalcanti, são recebidos pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), no gabinete do parlamentar. O propósito do encontro foi discutir a PEC 186/2019.

11/03/2019



A presidente da AMB, Renata Gil, os integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e os representantes do Itamaraty foram recebidos pelos senadores paranaenses Flávio Arns (Rede) e Álvaro Dias (Podemos) para tratar da PEC 186/2019. Na ocasião, a Associação entregou aos parlamentares nota técnica de autoria da entidade com os dispositivos do texto que preocupam a magistratura.



11/03/2020

Em defesa das prerrogativas da carreira, integrantes das diretorias Legislativa e Institucional da AMB intensificaram a mobilização contra dispositivos da PEC 186/2019. O assunto foi tratado com o senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

11/03/2020

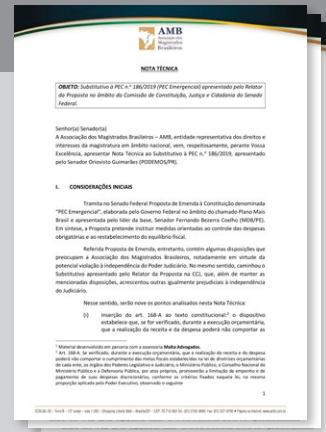


Integrantes da diretoria da AMB e da Asmeço se reuniram, na liderança do PDT, com os deputados do partido Wolney Queiroz (líder-PE), Fábio Henrique (SE), Flávia Morais (GO), Paulo Ramos (RJ) e Dagoberto Nogueira (MS) para tratar da PEC 186/2019. O assunto também foi abordado entre a vice-presidente de Políticas Remuneratórias da AMB, Vera Deboni, o desembargador do TJRS e os deputados da bancada gaúcha Giovani Cherini (PL) e Ronaldo Santini (PTB) e o estadual Paporico Bacchi (PL).



# Nota técnica e quadro comparativo

A AMB entregou aos senadores nota técnica ao substitutivo à PEC 186/2019 apresentado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), com os dispositivos do texto que preocupam a magistratura, em virtude da violação à independência do Poder Judiciário. No documento, constam nove pontos analisados.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTA TÉCNICA](#)

Outro documento disponibilizado foi o quadro comparativo com as mudanças e as sugestões sobre a PEC Emergencial, que incluem a vedação à vinculação de subsídios, a violação à irredutibilidade de subsídios, à redução de férias de magistrados, entre outros.




[CLIQUE AQUI PARA VER O QUADRO COMPARATIVO](#)

Mobilização PEC 186/2019

(Emergencial)




**AMB**  
Associação dos  
Magistrados  
Brasileiros

 + 55 (61) 2103-9000

 [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)

 [www.flickr.com/magistradosbrasileiros](http://www.flickr.com/magistradosbrasileiros)

 [twitter.com/magistradosbr](https://twitter.com/magistradosbr)

 [www.youtube.com/AMBMagistrados](http://www.youtube.com/AMBMagistrados)

 [@magistradosbr](https://www.instagram.com/magistradosbr)

 [www.facebook.com/magistradosbr](http://www.facebook.com/magistradosbr)

 **SCN Quadra 2, bloco D - Centro Empresarial Liberty Mall, torre B,  
sala 1302 - Brasília - DF - CEP 70712-903**